

**ATA NÚMERO 258/XIII/4.<sup>a</sup> SL**

Aos seis dias do mês de março de 2019, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**09:30**

- 1. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 177/XIII/ 4.<sup>a</sup> (GOV) - "Reforça o combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164"; Autor: Duarte Alves (PCP)**
  
- 2. Discussão e votação do requerimento do GP BE - "Audição, com carácter de urgência, dos representantes do Conselho de Administração do Banco BIC e do Banco de Portugal;**
  
- 3. Discussão e votação do requerimento do GP PSD - "Audições sobre o Novo Banco";**
  
- 4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1981/XIII/3<sup>a</sup> (Paulo Trigo Pereira) - "Recomenda ao Governo que negocie com a Comissão Europeia a redução do objetivo de médio prazo para as finanças públicas";**
  
- 5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1080/XIII/3<sup>a</sup> (BE) - "Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários";**
  
- 6. Outros assuntos.**

**10:30**

Audição da Diretora Geral da Autoridade Tributária, no âmbito da apreciação na especialidade dos Projetos de Lei n.º 834/XIII/3.<sup>a</sup> e 1102/XIII/4.<sup>a</sup>.

---

**09:30**

**1. Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 177/XIII/ 4.ª \(GOV\)](#) - "Reforça o combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164";**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), apresentou o parecer de que é autor e cumprimentou os serviços pela elaboração da Nota Técnica (NT).

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade.

**2. Discussão e votação do requerimento do GP BE - "Audição, com carácter de urgência, dos representantes do Conselho de Administração do Banco BIC e do Banco de Portugal;**

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o requerimento, salientando o histórico deste processo que começou com a recapitalização inicial de uma rede de supermercados (Alisuper), com recurso a empréstimo do BPN (agora BIC), num processo que veio a envolver e prejudicar os trabalhadores do Grupo Alicoop.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) informou que o PCP também tem acompanhado esta situação dos trabalhadores do Grupo Alicoop. Fizeram duas perguntas ao Governo em 2015 e posteriormente, mais uma, em 2019. Saliu que os trabalhadores sofreram duplamente, com a insolvência da(s) empresa(s) e depois também com as responsabilidades de crédito. Consideram que a hipótese de suspensão, proposta pelo banco, não é adequada e como tal, acompanham o requerimento.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), lembrando que o processo tem mais de 12 anos, considerou lamentável esta situação que envolve inclusivamente assédio aos trabalhadores. Considerou inqualificável a atitude e comportamento do BPN, agora BIC, aventando também a possibilidade de haver práticas complacentes por parte do Banco de Portugal (BdP). Entende, por isso, que o requerimento é muito pertinente

O Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) alertou para a existência de notícias sobre eventual acordo, que carecem ainda de confirmação. Se assim for, haverá inutilidade superveniente do pedido.

Respondeu a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) dando nota de que não tem notícia de tal acordo, mas que irá verificar. Solicitou que os restantes Deputados, nomeadamente do Algarve, também tentassem averiguar. De qualquer modo, sugeriu que se prosseguisse para uma votação sob condição.

Submetido a votação o requerimento foi aprovado por unanimidade, sob condição da verificação da existência de acordo.

### **3. Discussão e votação do requerimento do GP PSD - "Audições sobre o Novo Banco";**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) enquadrou o requerimento e os seus fundamentos. Entende o PSD que, perante as recentes notícias sobre a necessidade do Novo Banco (NB) pedir 1149 milhões de euros ao Fundo de Resolução, ao abrigo do Mecanismo de Capital Contingente, têm de ser dadas explicações ao país e ao Parlamento, começando pelo Senhor Ministro das Finanças, que sempre afirmou que este processo de venda não teria custos para os contribuintes.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) também defendeu a audição de todas as entidades referenciadas no requerimento, mas por razões distintas Concorda ainda que o Ministro das Finanças seja o primeiro a ser ouvido.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) também deu acordo ao requerimento, sublinhando que os eventos dos últimos dias vêm demonstrar, na sua perspetiva, que o processo de venda do Novo Banco (NB) foi uma péssima decisão.

Também a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) exprimiu a sua concordância com o requerimento, propondo que o Ministro das Finanças seja ouvido com a maior urgência, de preferência, ainda esta semana. Para a Deputada, este assunto só não constitui uma absoluta surpresa porque vários partidos até já tinham alertado para este problema do impacto da venda nas contas públicas.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) informou que o PCP também acompanha o requerimento. Notou que este problema vem confirmar o que o seu partido sempre afirmou, isto é, que se o

Estado paga, então deve ser o Estado a gerir o banco. Consideram que na base deste problema está uma decisão política errada, que foi a decisão de (re)privatização do banco.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) veio sustentar, face às anteriores intervenções, que os prejuízos do NB estarão relacionados com factos anteriores a 2018, nomeadamente com a venda falhada em 2015, ou seja, que os prejuízos têm origem na má resolução do banco. Mais afirmou que o NB, legado do BES, traz um conjunto de imparidades que contribuíram para o prejuízo registado nas contas do banco.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) considerou leviano o processo de alienação do Banco por não ter salvaguardado o interesse público. Face às declarações do Ministro das Finanças sobre esta Questionou se Ministro das Finanças se teria apreciado bem o contrato de alienação, Submetido a votação o requerimento foi aprovado por unanimidade.

**4. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1981/XIII/3ª \(Paulo Trigo Pereira\)](#) - "Recomenda ao Governo que negocie com a Comissão Europeia a redução do objetivo de médio prazo para as finanças públicas";**

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) apresentou o seu Projeto de Resolução (PJR) cuja discussão se encontra refletida na [Informação](#), disponível na página desta iniciativa.

**5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1080/XIII/3ª \(BE\)](#) - "Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários";**

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou com a versão reformulada do texto da iniciativa, previamente distribuída aos Deputados, cuja discussão se encontra refletida na [Informação](#), disponível na página desta iniciativa.

**6. Outros assuntos.**

Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente anunciou o início da audição de seguida.

**10:30**

**Audição da Diretora Geral da Autoridade Tributária, no âmbito da apreciação na especialidade dos [Projetos de Lei n.º 834/XIII/3.ª](#) e [1102/XIII/4.ª](#).**



O Senhor Vice-Presidente que assumiu a condução dos trabalhos, cumprimentou e Senhora Diretora-Geral da Autoridade Tributária (AT) e enquadrou a audição no âmbito dos trabalhos da especialidade das duas iniciativas mencionadas.

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Fernando Rocha Andrade (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP), Duarte Alves (PCP) e Paulo Trigo Pereira (NInsc), tendo a Senhora Diretora-Geral respondido individualmente a cada uma das questões.

Em sede de segunda ronda, entrevistaram os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD) e Fernando Rocha Andrade (PS), tendo a Senhora Diretora-Geral respondido ao conjunto das questões colocadas.

Não havendo pedidos de intervenção adicionais, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pela Senhora Diretora-Geral da AT, e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo, bem como a nota informativa da AT, pode ser consultada na [página internet da audição](#).

A reunião foi encerrada às 11:56 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de março 2019.

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)

**Reunião de 6 de março de 2019**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Cristóvão Norte  
Duarte Pacheco  
Fernando Anastácio  
Fernando Rocha Andrade  
Inês Domingos  
João Paulo Correia  
João Pinho de Almeida  
Leonel Costa  
Manuel Caldeira Cabral  
Margarida Marques  
Mariana Mortágua  
Nuno Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Teresa Leal Coelho  
Conceição Bessa Ruão  
Duarte Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
António Leitão Amaro  
António Ventura  
Paulo Sá

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins  
Jamila Madeira